

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E O CAMPO SIMBÓLICO DA POLÍTICA

Um estudo da política e da identidade na vida cotidiana.

Sérgio Silva

RESUMO

A fusão interdisciplinar entre formas de conhecimento é um caminho viável para discussões no campo das ciências sociais nos dias atuais, a partir disso buscamos juntar num mesmo contexto elementos discursivos, teóricos e metodológicos, da Ciência Política, Sociologia e Psicologia Social como proposta de análise sobre representações sociais da política e formações identitárias. Nesse sentido, este artigo reflete uma discussão sobre a formação das identidades sociais dos movimentos sociais (a partir dos processos de relações políticas que envolvem movimentos sociais, partidos políticos e ONGs) enfocando a dinâmica do processo de conhecimento produzido com base em representações sociais por parte dos atores sociais dos movimentos.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho apresenta uma discussão sobre as

representações sociais e a constituição simbólica da política, questões pertinentes à sociologia do cotidiano e à sociologia política que nos permitem analisar o senso comum como modelo de pensamento popular no processo democrático da sociedade contemporânea.

Com isso, buscamos desenvolver um estudo que enfatiza as representações sociais e a constituição da política propiciando novos modelos de identidades baseadas nas formas de resistência e nas formas de reconhecimentos sociais por parte dos sujeitos que compõem os movimentos sociais em relação a grupos políticos que se relacionam com os mesmos implementando formas de ações políticas.

Supomos, dentro desse contexto, que o processo de representações sociais em relação às políticas se expressa como resistência por parte dos movimentos populares. Dessa forma, tais políticas, conceituadas neste texto como "normativas", são remodeladas

mediante representações sociais as quais produzem elementos que estruturam formas de reconhecimento das identidades nos movimentos populares a partir do caráter de resistência social.

A FUNDAÇÃO TEÓRICA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL

O estudo sobre representação social se ocupa da análise do conhecimento produzido no cotidiano, pois, trata-se da análise do processo de construção da realidade a partir das relações sociais do mundo da vida, o que está muito próximo de uma sociologia do conhecimento no cotidiano.

A representação social teve sua origem como modelo de explicação da realidade, a partir do trabalho desenvolvido por Serge Moscovici, publicado em 1961, que tinha como problemática entender o processo de apropriação da teoria psicanalítica por parte de diferentes grupos sociais¹. A questão central da obra circulava em torno de como era consumida, transferida e utilizada, uma teoria científica pelas pessoas marcadas pelo senso comum.

Moscovici define a representação social como o *"utn"*

modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos". (1976). Jodelet, no mesmo sentido, define as representações sociais como uma *"Forme de conocimiento específico, el saber de sentido comum (.) en sentido mais amplo, designa una tornu de pensamiento social"* pois, *"las representaciones sociales constituyen modalidades de pensamientos prácticos orientados hacia la comunicación. In comprensión y el dotnito del et torno social, material e ideal"* (1988; p. 474).

Para Moscovici, que debruça o seu interesse no que poderíamos chamar de uma psicossociologia do conhecimento no cotidiano, as representações sociais, ao contrário das representações coletivas, reduzem-se a uma modalidade estética e específica da forma de conhecimento cuja função seria a elaboração de comportamentos sociais e a comunicação dos indivíduos dentro do *"framework"* da vida cotidiana. Sendo assim, as representações sociais não têm um caráter macro-estrutural explicativo, como seria o caso das representações coletivas.

Sabe-se que essa teoria foi desenvolvida a partir da crítica ao

¹ O título original: *Psychanalyse, son Image et son Public*, publicado em português como *"A Representação Social da Psicanálise"*. RJ. Zahar, 1976.

As Representações Sociais e o Campo Simbólico da Política

conceito de representações coletivas desenvolvido por Durkheim. A leitura crítica de Moscovici mostra que a noção de representações coletivas é por demais abrangente e geral para dar conta da produção do pensamento, como forma de ação, na sociedade. Na definição de Moscovici, a representação social refere-se ao posicionamento e localização da consciência subjetiva nos espaços sociais com o sentido de constituir percepções por parte dos indivíduos. Como o próprio Moscovici afirma, as representações sociais "(...) *constituem uma forma de conhecimento particular de nossa sociedade e é intrinsecamente a qualquer outro*". ... (Idem - III). Nesse contexto, as representações sociais de um objeto social passam por um processo de "formação", entendido como encadeamento de fenômenos interativos fruto dos processos sociais no cotidiano do mundo moderno.

A substituição do termo coletivo pelo termo social reflete a dinâmica social que está presente internamente nas representações dos sujeitos, o que faz o termo "*social*" ter uma dupla direcionalidade na compreensão do conceito da "*representação Social*". A primeira direção é a da forma como o conhecimento é socialmente empreendido, constituído e compartilhado pelos indivíduos, e a segunda direção é a da realidade do universo subjetivo, ou seja, a realidade psicossociológica, afetiva e axiológica pertinente a forma de comportamento desses indivíduos. Desse modo, as representações sociais estão inseridas

num contexto psicossociológico o que faz com que sejam percebidas como um sistema de interpretações aberto acerca da realidade social.

A idéia de sistema nas representações sociais decorre de uma funcionalidade na lógica interna da teoria, em que as interpretações sobre uma dada realidade passam por processos de interação social e de inferiorização pelos indivíduos no contexto social.

Na teoria das Representações Sociais, o aspecto teórico e epistemológico estão imbricados numa interrelação entre sistema de pensamento e prática social, o que resulta, segundo Jodelet, em fenômenos complexos que, "*Devem ser destrinchados e referidos aos diferentes aspectos do objetivo representado de modo a poder apreender os múltiplos processos que concorrem para suas elaborações e consolidação como sistema de pensamento que sustentam as práticas sociais*", (JODELET apud SPINK: 1993 p.89) e essa complexidade do fenômeno é fruto do processo sócio-subjetivo.

Podemos afirmar que é necessário entender como o pensamento do indivíduo se enraíza no social e como um e outro sofrem mudanças mútuas. Por esse fato Mary Jane Spink (idem) afirma que um enfoque desse tipo implica em três esforços necessários: o primeiro é o de compreender o impacto que as correntes de pensamento, veiculadas

em determinadas sociedades, têm nas representações sociais de grupos diferentes ou de indivíduos definidos em função de sua presença em grupos; o segundo é entender os processos constitutivos das representações sociais e a eficácia destas representações para o funcionamento social, ou seja, entender por um lado o papel das representações sociais na orientação dos comportamentos e na comunicação e, por outro, entender a representação social como sistema de recepção (*input*) de novas informações sociais. E terceiro, entender o papel das representações sociais nas mudanças sociais no que diz respeito à constituição de um pensamento social compartilhado.

Tais esforços demonstram o exercício analítico de uma epistemologia do processo que se define pela referência necessária acerca da construção e desenvolvimento de relações sociais, para a análise das condições de produção destas na vida cotidiana.

Nesse sentido, a epistemologia do processo focaliza a representação, dimensionando a relação entre o subjetivo e o social, enfatizando o sujeito como ser criativo e ativo nas interações e na forma de compreensão da realidade social a partir das estruturas elementares do senso comum. Vejamos então o senso comum como base das representações sociais.

AS ESTRUTURAS ELEMENTARES **no** SENSO COMUM

O senso comum se mostra como uma forma de conhecimento efetivamente prático, elaborado a partir do imediatismo do cotidiano. Com esse caráter, a sua imagem como modelo de pensamento é despadronizada porém não desestruturada. A estrutura sobre a qual se ergue o pensamento comum se caracteriza como estrutura informal, ou seja, uma espécie de estrutura (sócio-mental) semi-lógica e flexível determinada por um caráter espontâneo e prático por parte dos indivíduos no uso dos atos de fala e ações sociais no cotidiano.

A partir desta perspectiva o senso comum é um tipo de pensamento em que *"As pessoas comuns procurariam articular o conhecimento à sua vida sem pretensão de transcendência e sem necessitar de regras e convenções para pensar: Seria um pensamento livre, embora fortemente influenciado pela tradição e pelos estereótipos de Linguagem"*. (MOSCOVICI e HEWSTONE-1988).

Desta forma, o senso comum deve ser analisado histórica, social e estruturalmente como uma forma de percepção social a partir do conteúdo que ele faz representar conforme as necessidades práticas.

O conhecimento definido como comum (senso comum) é produto do mundo moderno e se caracteriza pelo seu conteúdo de informalidade opostamente estabelecido à ciência; esse caráter informal produz um modelo de conhecimento simples e popular que se apresenta pela veiculação de informações elementares definidas conjuntamente com os valores sociais da vida cotidiana. Segundo Perrusi, o pensamento comum passou a existir quando surgiu o pensamento formal, "(..) *outrossim, não existiu um senso comum, enquanto tal, nas sociedades primitivas, IIIW vez que ele só começou a existir a partir do surgimento do seu oposto, a ciência*" (1995; p. 100).

Dentro desse contexto, se produziu no mundo moderno uma clara distinção entre a existência de um pensamento normalizado, produtor de um discurso científico e sistemático que conduz as explicações formais *da e para* a sociedade e a existência de um pensamento reprodutor de um conhecimento comum como modo de saber prático condutor de um conhecimento popular na sociedade.

O antagonismo entre o caráter simples e popular do pensamento comum em relação ao pensamento formal, distingue clara e preliminarmente as formas estruturais das diferenças entre ambos.

Sobre esse aspecto, Boaventura de Souza Santos afirma que: "*As leis*

da ciência moderna são um tipo de causa formal que privilegia o como funcionar das coisas em detrimento de qual o agente ou qual o fim das coisas. É por esta via que o conhecimento científico rompe com o conhecimento do senso comum e, portanto, no conhecimento prático em que ele se traduz, a causa e a intenção convivem sem problemas, na ciência a determinação da causa formal obtém-se com a expulsão da intenção. É este tipo de causa formal que permite prever e, portanto, intervir no real e que, em última instância, permite à ciência moderna responder a pergunta sobre os fundamentos do seu rigor e da sua verdade com o elenco dos seus êxitos e manipulação e na transformação do real". (1985; p. 16).

O SENSO COMUM COMO PROBLEMA SOCIOLÓGICO

Mostramos a definição da representação social como uma forma de conhecimento particular cuja função é a elaboração de comportamento e a comunicação no senso comum, que resumiríamos como uma forma de conhecimento interativo dos indivíduos na vida cotidiana.

Para Moscovici (1988), o pensamento comum é um pensamento de primeira mão, uma epistemologia popular que fundamenta o

Estudos de Sociologia

conhecimento na formulação de imagens e experiências práticas, *"La tormscion de imagem y cl estubclccimnto de lazos mentales que nos sirven purn aprender. El elemento crucial de la inteligencia humana consiste en ver las cosas y establecer lazos entre ellas. (...) el sentido común incluye las imágenes y los lazos mentales que son utilizados y heblados por todo el mundo cutindo los individuos intentan resolver problemas cotidianos"*. O senso comum, *"Es el cuerpo de conocimientos basado en tradiciones compartidas y enriquecido por miles de 'observaciones' de 'experiencia', sancionadas por la práctica"* (p.682). Tendo essa configuração, o senso comum permite a solidificação da base sobre o qual se forma o pensamento representativo.

A distinção entre o pensamento representativo, próprio do senso comum, e o pensamento informativo, é dada pelas características que marcam cada um deles.

O pensamento científico é caracterizado por:

- 1) ser formado por conceitos e signos;
- 2) possuir validade empírica;
- 3) ser dominado pelo como;
- 4) apresentar tipos de inferências fixos;
- 5) ser limitado nas sucessões de atos mentais e possuir algumas formas sintéticas disponíveis.

Enquanto o pensamento repre-

sentativo se caracteriza por:

- 1) ser formado por imagens e símbolos;
- 2) possuir validade consensual;
- 3) ser dominado pelo por que;
- 4) ser plural nos tipos de ingerência;
- 5) ter flexibilidade nas sucessões de atos mentais;
- 6) ter várias formas sintáticas disponíveis. (PERRUSI, 1995).

Essas características marcam a distinção entre o que Moscovici (op. cit), chama de epistemologia científica e epistemologia popular. Nesse sentido, é a partir do caráter da epistemologia popular, com base no senso comum, que se processa a formação da representação social, isto é, a objetivação e ancoragem. Jorge Valia (1992) afirma que *"A objetivação diz respeito à forma como se organizam os elementos constituintes da representação e ao percurso através do qual tais elementos adquirem materialidade e se tornam expressões de uma realidade vista como natural"*, por outro lado, a ancoragem é o momento, ao mesmo tempo, anterior e posterior a objetivação, *"A ancoragem retém-se no fato de qualquer tratamento da informação exigir postos de referência: quando um sujeito pensa um objeto, o seu universo mental não é, por definição, uma tábua rasa, pelo contrário, é por referência a experiências e esquemas de pensamentos já estabelecidos que o objeto em questão vai ser pensado"* que por sua vez permite

As Representações Sociais e o Campo Simbólico da Política

novas experiências.

Isso aliás, é um dos aspectos destacados por Moscovici ao referir-se a relação entre objetivação e ancoragem: *"Se a objetivação mostra como os elementos representados de um ciência se integram a uma realidade social, a ancoragem permite compreender o modo como eles contribuem para modelar as relações sociais e como as exprimem. O objeto que a sociedade visa sai daí transformado, e talvez o sujeito não o seja menos"* (1976).

A questão tratada na representação social refere-se a forma como o senso comum reelabora e cria imagens referentes aos conhecimentos na vida cotidiana em relação a outras formas de produção de conhecimento e a outros conhecimentos.

Segundo Jorge Valla (1992), grande parte do comportamento dos indivíduos corresponde, de forma consciente ou não a representações, *"Quando se trata da funcionalidade das representações enquanto orientadoras dos comportamentos, estamos a referir-nos aos comportamentos representacionais. Especificamente, referir-nos ao nível de utilidade da ação que põe em evidência o fato de as representações:*

- a) *incluam modos desejáveis de ação;*
- b) *proporcionarem*

constituição do significado do objeto estímulo e da situação no seu conjunto;

c) *permitirem dar um sentido ao próprio comportamento, tutelar a sua leitura à luz de uma representação (...) para a tornar um reflexo ou constituição de uma representação".* (p. 367). Ou seja, as representações sociais constituem uma orientação para a ação na medida em que elas modelam e constituem os elementos do contexto em que a representação terá lugar.

O caráter inovador da Teoria da Representação Social foi descobrir no senso comum o pensamento representativo como mediador de novos conhecimentos e, conseqüentemente, um instrumento gerador de ações nas relações sociais. Moscovici (1976) sustenta sua argumentação a partir do conceito sobre a apropriação de idéias como sendo o núcleo naturalizante da representação social com base na ancoragem e objetivação *"a objetivação tem com que se torne real um esquema conceitual, com que se dê a uma imagem uma contrapartida material, resultado que tem, em primeiro lugar, flexibilidade cognitiva"* (p. 111), ou seja, diversificação cognitiva de apreensão sobre algo. No mesmo contexto, o processo de ancoragem dos indivíduos é a conversão do objeto social, no caso um conceito, num instrumento que os indivíduos podem fazer uso, ou seja, transformação de um saber que foi produzido em um campo simbólico específico, como científico, para um

saber que pode ser útil aos sujeitos de uma maneira geral.

Mas representar algo não *"consiste simplesmente em desdobrá-lo, repeti-lo ou reproduzÍ-lo; é reconstitui-lo, retocá-lo, moditicar-Ihc o texto"*, (idem) pois aí está a função da representação social no mundo da vida do cotidiano.

A FUNDAÇÃO DO CONHECIMENTO COMUM NO COTIDIANO

Dentro do contexto discutido acima, poderíamos afirmar que a idéia de uma epistemologia popular, produção do conhecimento comum no universo do mundo da vida, funda-se sobre o conhecimento prático. Ou seja, uma percepção da realidade vivida, em que o processo da ação prática auxilia, sobremaneira, o conteúdo das explicações e dos conceitos que se formam no e a partir do senso comum, nos vários universos cotidianos dos indivíduos, em que se tornam possível a formulação das representações sociais.

"Ao percebemos a representação social como uma modelidade expressivo da consciência prática e como o modo de produção ideativo típico da cotidienidade, podemos alegar, com isso, o conceito de representação social, cujo movimento, nesse sentido, transcenderia a uma mera tipicidade cognitiva do 'senso comum' c

stariu, de uma vez, na priixis social" (PERRUSI: 1995 p. 103).

O cotidiano (ambiente no qual o conhecimento popular se processa) é heterogêneo, pluriforme, dissensual e flexível (no ponto de vista de sua conceituação e de seu processo de funcionamento), tanto quanto o conteúdo desse conhecimento que ele torna possível vir a existir, que é o conhecimento do senso comum, baseada epistemologia popular, que fundamenta todas diferenças vividas e conhecidas por esses indivíduos com base em suas experiências práticas.

"A cotidienidadc se expressa pela heterogeneidade, o imediatismo e sua superficialidadc extensiva". (NETO E FALCÃO apud PERRUSI, op. cit p. 102), *perpassando atividades como "a organização do trabalho (ou diversos tipos, de atividade) e da vida privada, os laeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a participação".* (HELLER apud PERRUSI, op. cit).

"Nesse sentido, a relação entre o pensamento e a ação é direta e espontânea, pois o sujeito necessita de respostas funcionais dos conjuntos de fenômenos que o rodeiam, isto é, não necessita de um conhecimento da estrutura das relações em que está inserido, mas de uma capacidade de manipular, nos diversos variações no seu ambiente". (PERRUSI: 1995; p. 103/104).

As Representações Sociais e o Campo Simbólico da Política

Sendo assim, o senso comum, é percebido como um modelo de conhecimento que estrutura a epistemologia popular, na qual se processam as representações sociais. Trata-se de um modelo de conhecimento que agencia informações que são processadas fora de um rigor formal ou fora de uma análise sintática que as unifique como forma de explicação, como o faz o conhecimento formal. A epistemologia popular, nesse contexto de definição, não está presa a um processo normatizador, ao contrário, caracteriza-se sua pluralidade e flexibilidade.

Acerca dessa epistemologia, Moscovici e Hewstone afirmam que *"Podríamos definirle como una ciencia de cibistas al margen de los canales oficiales, En ella, el hombre de calle encuentra una experiencia interactiva que le permite escapar de la hiriente servidumbre y restricciones de la impersonalidad de la regla"* (Idem: 1988: p.680).

Pois o processo cambial e flexibilizado de produção e circulação de conhecimento permite que tal forma de conhecimento, popularizado, seja veiculado diretamente pelas relações sociais sem controle ou limitação horizontal expansiva desta produção e desta veiculação de conhecimento. Ao usarmos a expressão horizontal, queremos fazer referência a um modelo de conhecimento que se expande em forma de ramificação superficial, ou

seja, se horizontaliza como reprodução e recriação de conhecimento.

Dentro desse contexto, a epistemologia popular do senso comum está para além dos limites da simples cognição e do simples comportamento. Sendo assim, a epistemologia popular da representação transcende a uma imaginação cognitiva na medida em que se fundamenta no conhecimento e na prática a partir dos processos de interação e relações que elabora as representações sociais.

As representações sociais se mostram como modelos produtivos de conhecimento tanto do ponto de vista ideal como do ponto de vista prático no mundo da vida cotidiano. Dessa forma, pode-se afirmar que as representações sociais são uma construção da realidade, que diz respeito à elaboração de um objeto social pelos indivíduos que compõem uma sociedade (HERZLICH apud PERRUSI: 1995).

Com esse caráter, as dimensões teóricas das representações sociais se constituem numa forma sociológica de produção de conhecimento pelo fato de redimensionar em sua explicação, enquanto teoria, para o caráter intrínseco sobre o estudo da produção do conhecimento do senso comum a partir do processo sócio-interativo das relações sociais, nas quais os indivíduos são sujeitos de compreensão, criação, explicação e práticas socializadas e não apenas

unidades depositárias de conhecimento.

A partir dessa discussão que enfoca o aspecto de compreensão, criação e explicação, a Teoria das Representações Sociais rompe com modelos explicativos que se sustentam estruturalmente com base na dicotomia individual e coletiva, em que foram construídos limites nítidos ou níveis de separação dos campos epistemológicos da psicologia social e da sociologia.

Nesse contexto, as representações sociais constituem uma *Démerche* epistêmica na interpretação do processo da realidade social cotidiana no mundo moderno, como afirma Sheva Nobrega (1990). Isso leva as representações sociais para um campo mais complexo da constituição da sociedade, não necessariamente para o campo político e ideológico, ou seja, o campo da "política ideológica", mas para mecanismos utilizados na produção de conhecimento social.

Disso, entretanto não é possível intuir que a representação social tenha uma estruturação fundamentalmente política e ideológica, até porque, no senso comum, as pessoas articulam conhecimento e vivência prática sem a necessidade das regras e das convenções estruturais da sociedade.

Nesse sentido, argumentaríamos que a ideologia nas representações sociais seria menos pretensiosa, uma ideologia no nível da

vida cotidiana. Porém, uma ideologia de atitudes políticas (como ação social) relacionada a vida cotidiana tendo por base o senso comum.

Enfatizamos que há um intercâmbio estreito entre a representação e a ideologia, como afirma Perrusi, na medida em que *"A representação social constitui um dos conceitos fundamentais do mundo da vida e do cotidiano, possuindo uma homologia funcional com a ideologia (.) (na produção de conhecimento). Por um lado, expressa a representação de vida cotidiana; por outro o poder simbólico de constituição da realidade social"* (op.cit; p.93).

No mesmo sentido, Bader Sawaia (1993) afirma que *"Relacionar representação social com ideologia não é apenas unir um conceito micro com um conceito macro para buscar a especificidade particular da ideologia na consciência individual, nem tão pouco analisar as determinações sócio-econômicas de consciência. É a tentativa de buscar novas categorias que derretam as fronteiras em que a ciência dividiu e encenou o homem sob a égide de uma meta-teoria, buscando resubjetivar o conhecimento, para superar definitivamente a dicotomia homem-sociedade. (.) ideologia e representação não são próprias de uma ciência ou de uma teoria, fazem parte dos discursos de todas as ciências sociais e já foram incorporados pelo senso comum quando se referir a tudo o que é da*

ordem do simbólico". (p. 74175).

Porém, é necessário afirmar que embora as representações sociais desfrutem de coisas simbólicas e materiais como um processo histórico e social, elas não constituem estruturalmente um campo simbólico. Poderíamos até afirmar que as representações sociais perpassam e se deixam perpassar pelos campos simbólicos, como o campo da arte, da política, da ciência da religião, etc., na medida em que o senso comum utiliza-se destes universos simbólicos como ambientes externos (operantes) de entendimento, conhecimento e compreensão social, fazendo-se valer da homologia sócio-funcional da vida cotidiana. Nesse caso, pode-se ver em prática o funcionamento das representações sociais influenciando não apenas a compreensão mas também os modos de comportamentos sociais, pelo fato de traduzir compreensivamente, através da epistemologia popular, informações simbólicas (formal e estruturalmente constituídas) para seu plano familiar.

Nesse contexto, a problematização sociológica na Teoria das Representações Sociais se fundamenta não apenas em definir o objeto representado socialmente, mas em sua constituição sócio-simbólica e material como procuraremos fazer com a política.

Sendo assim, necessitamos da compreensão da política como problema de pesquisa e da política como constituição simbólica de um

tipo de pensamento em seu campo para então defini-la como objeto social epistemicamente representável.

REPRESENTAÇÃO E POLÍTICA: a gênese do problema de pesquisa

Ao converter explicações e conceitos formais em explicações comuns (explicações representacionais, pluriformes e diversificadas), as representações sociais permitem que outras conceituações formadas por conhecimentos estruturados, não necessariamente científicos ou técnicos, constituídos por valores e ideologias, constituam-se em objetos de representações sociais.

Se como diz Moscovici (1978), representar socialmente é o pensar sobre elementos da realidade indicando atividade de reelaboração, o conhecimento ideológico do pensamento normativo da política pode vir a se constituir em objeto de representações sociais da mesma forma que o conhecimento informativo da ciência.

Como apropriadamente afirma Jodelet, *"Toda representación social es representación de algo y de alguien. Así, no es el duplicado de lo real, ni el duplicado del ideal, ni aparte subjetivo del objeto, ni la parte objetiva del sujeto. Sino que constituye el proceso por el cual se establece su relación. Si, en el fondo de toda representación*

debemos buscar esta relación con el mundo y con las cosas. (...) El acto de representación es un acto de pensamiento por medio del cual un sujeto se relaciona con un objeto. (...) En este sentido, la representación es el representante tangible de algo: objeto, persona, acontecimiento, idea, etc. (...) No existe ningún representante social que no sea ni la de un objeto, nunca este sea mítico o imaginario". (JODELET: 1988; 474).

Nesse sentido, a conceitualização do pensamento normativo da política constituído como um conjunto estruturado por um *ethos* (ética, valores, ideologias que orientam condutas, doutrinas e estratégias de ações) é objeto de representações na medida em que esse conjunto de conhecimento sistematizado constitui um conceito político ou uma proposta de ação política, definido dentro de seu campo simbólico, e é difundido ao alcance dos indivíduos que necessariamente não fazem parte da elaboração desse conceito normativo ou mesmo não o percebem como uma doutrina. Ao contrário, parecem percebê-lo como um objeto a ser remodelado a partir dos seus conhecimentos e interesses diversificados com base no senso comum no contexto do mundo da vida do cotidiano. Ao utilizarmos a expressão "Pensamento Político-Normativo" nos referimos as políticas desenvolvidas por um grupo ou grupos constituída(s) com o discurso ideológico objetivo de convencimento, ou seja, uma política partidário-

associativa como define Bourdieu (1989). Fazemos referência a grupos ideologicamente associados (Partidos Políticos e ONGS.) que se constituem como grupos identitários caracterizados por uma unificação discursiva.

Por pensamento político-normativo definiríamos: um pensamento estruturado que constitui um padrão semi-sistemático de noções conceituais, a partir de visões e interesses sociais de um determinado grupo ou grupos, baseados em um conjunto de valores e normas doutrinárias, inspiradas em idéias e interesses para orientação de condutas a partir de um campo simbólico. O sentido normativo da política tem o caráter de orientação como força de um *ethos* referente a ações objetivamente ideológicas, produzidas sobre a influência do *habitus* inerente a seu campo.

Ao estabelecer um corpo de conhecimento que enuncia e define orientações de comportamentos, a doutrina político-partidária é, para os membros dos partidos, um modelo de conhecimento ideológico mediado por interesses comuns, um campo homogêneo (de saber e de fazer) definido por um discurso unificador e coesivo (FIORIN: 1990).

Sendo assim, poderíamos definir o lugar de produção da "política" a partir da idéia de campo simbólico ideológico e o lugar de produção da "política-normativa" como sendo um "subcampo" desse

As Representações Sociais e o Campo Simbólico da Política

campo simbólico, ou seja, uma instância mais restrita do campo político. Tomando tais afirmações como ponto de partida podemos argumentar, a partir de Bourdieu, que a composição dos campos sociais se dá a partir de toda estruturação simbólica que nele se faz constituir.

Pierre Bourdieu afirma que (1989) *"A teoria da economia dos campos permite descrever e definir a forma específica de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e os conceitos mais gerais (...)".* Sendo assim, para ele *"Compreender a gênese social de um campo, é aprender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que ele joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tomar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os atos dos produtores e das obras por eles produzidas (...)".* Com base nessa argumentação diríamos que o campo da política é um campo de produção de um jogo de poder e jogo de saber simbólico-ideológico, e a política normativa é um subcampo desse jogo de poder e de saber da política mais geral, que se objetiva nos grupos político-associativos.

Dentro desse contexto, a instância da política normativa é um subcampo influenciado por formações discursivas, na medida em que o lugar de produção da política se constitui num lugar de produção lingüística do

poder, num lugar de práticas discursivas a partir de atos-de-fala e enunciados de convencimento objetivos. José Luiz Fiorin (1990) define as formações discursivas como fenômenos superestruturais e a linguagem como um instrumento que materializa as influências das formações discursivas a partir das representações ideológicas que são feitas dessas formações.

Como ele próprio afirma *"Quando um enunciador comunica alguma coisa, tem em vista agir no mundo. Ao exercer seu fazer informativo, produz um sentido com a finalidade de influir sobre os outros. Deseja que o enunciado creia no que ele diz, faça alguma coisa, mude de comportamento ou de opinião etc. Ao comunicar, age no sentido de tezer-Tazer. Entretanto, mesmo que não pretenda que o destinatário aja, fazê-lo saber alguma coisa, realiza uma ação, pois torna o outro detentor de um certo saber".* (idem)

É nesse sentido que o pensamento político-normativo se constitui como um corpo de conhecimento que enuncia e define orientações de comportamentos e a isso gostaríamos de chamar, parafraseando Félix Guattari e Suely Rolnik (1993), de agenciamento grupal de enunciação na medida em que o lugar de produção da política normativa é caracterizado por um agenciamento ideológico que unifica o discurso grupal.

UMA DEFINIÇÃO EPIS-TÊMICA DE PENSAMENTO POLÍTICO E A RELAÇÃO COM A EPISTEMOLOGIA REPRESENTACIONAL

O tipo de conhecimento produzido no campo da política-normativa é diferente dos dois tipos de pensamentos que discutimos anteriormente, o pensamento informativo da ciência e o pensamento representativo do senso comum.

Poderíamos dizer, por exemplo, que o caráter orientador e ideológico da política normativa de partidos políticos ou ONOS, não tem o sentido e o método epistemológico de produção de saber como a ciência (pensamento informativo), nem o método epistemológico de apreensão do saber como senso comum (pensamento representativo), primeiro porque a política normativa não constitui um método indutivo ou dedutivo como episteme de conhecimento da realidade e, segundo, porque os membros partidários não estabelecem uma representação social sobre o discurso no qual estão inseridos (ou seja, o discurso de seu partido e/ou grupo político ideológico), ao contrário, exercem uma "contemplação representativa" constituidora do próprio campo na medida em que o discurso unificador do grupo tem um caráter representativo e simbólico de verdade.

Nesse caso o poder que o capital político tem relaciona-se objetivamente a representatividade

que ele possui, ou seja, o crédito e a crença que o representante da política possui pelo seu poder de representatividade como afirma Bourdieu (1989). Sendo assim, o capital político é também uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento. Reconhecimento este que garante a unificação discursiva dos grupos associativos pela homogeneidade ideológica e representativa na veiculação do próprio discurso político e na constituição do tipo de pensamento que a política produz.

Ao contrário da ciência e do senso comum, a política normativa tem o sentido propagador de um conhecimento ideológico objetivo unificador pois, o pensamento político-normativo é um conjunto de valores e conceitos formulados estruturalmente a partir de interesses pré-definidos, (valores estruturais e estruturadores que procuram promover orientações de comportamentos e ações sociais).

Devemos definir então o modelo característico que marca o tipo de pensamento normativo da política. Vejamos tais características:

O pensamento político-normativo é caracterizado por:

- 1) ter símbolos,
- 2) ser constituído pelo o "que",
- 3) ter ingerência uniforme,
- 4) não possuir formas sintáticas,
- 5) ter validade consensual constituindo unidade discursiva

As Representações Sociais e o Campo Simbólico da Política

(a partir de um capital simbólico ideológico).

Como é possível perceber, o pensamento normativo da política se diferencia das outras formas de pensamento e se constitui como um saber ideológico objetivo. Nesse sentido, a relação estabelecida entre tal forma de conhecimento e o senso comum (movimentos sociais) constitui uma relação mediada por representações sociais, (tanto quanto na relação senso comum e ciência), na medida em que os valores e os conceitos da política normativa não são assimilados como doutrina ou como verdade absoluta e assim são remodelados pelo senso comum, que ancoram seus conhecimentos em práticas políticas de suas histórias de vida no movimento social.

Dessa forma, o esquema conceitual das políticas institucionais é transplantado para o plano do conhecimento concreto dos indivíduos, gerando conflitos a partir dos interesses diversos. Tais conflitos - pertinentes às formas de relações sociais estabelecidas - são fruto do processo de negociação interna entre os membros do próprio movimento e são também fruto da relação do movimento com outras instituições, diante de determinadas políticas ou de determinada influência partidária ou de ONGS. Eder Sader (1991) refere-se ao cotidiano do movimento popular no Brasil como sendo um ambiente de conflitos e interesses, conformismos e resistências, recheado de consciências fragmentadas, valores

ideológicos e ambiguidades, o que torna ainda mais complexo o processo das representações sociais da política nos movimentos populares na medida em que contribui epistemicamente para a diversidade do processo do conflito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A argumentação que pretendemos levantar a partir de todo o contexto teórico acima discutido, refere-se ao processo social oriundo das relações entre os movimentos sociais (representados aqui por Associações de Moradores) e instituições políticas (representados por partidos políticos e ONGS) e o conflito que daí advém. Tal processo conflitivo se estabelece, segundo nossa argumentação, durante o processo de representações sociais por parte dos indivíduos dos movimentos sociais na medida em que as representações sociais presentes como forma epistêmica de apreensão sobre políticas implementadas pelos partidos e pelas ONGS, têm caráter de recriação dessas políticas, gerando assim situações de diversidades.

Esse processo de representações sociais percorre alguns caminhos até chegar ao campo do conflito. O primeiro é o de apreensão da política, que tem por base os elementos da própria representação social, num contexto em que o processo de compreensão está remetido ao caráter da ancoragem em conhecimentos

práticos e ao caráter de objetivação nos quais os indivíduos fazem uso da compreensão pelo processo de remodelação e recriação do objeto da política, a medida em que o senso comum percorre o campo simbólico político. E o segundo refere-se ao processo de constituição de interesses embutidos nas ações dos grupos mediante as representações.

Tais interesses remetem à permanência da identidade dos grupos dos movimentos sociais, ou seja, ações que garantam a idéia de unidade e de seu reconhecimento.

Nossa argumentação é que a interação social nesse contexto constitui uma relação de conflito a partir de um processo em que a reelaboração dos conceitos e de propostas políticas apresentadas geram diversidades.

Na medida em que se constituem representações sociais, no interior dessa relação, é que se apresenta o processo ideologia/senso comum. Nesse contexto, as representações como formas de conhecimentos formam um processo ideológico de elaboração do saber mediado por interesses e concepções de mundo. Sendo assim, o grupo busca constituir homogeneidade consensual sobre a influência do externo, estabelecendo com isso uma identidade como forma de segurança. Nesse sentido, a relação epistêmico-ideológica entre a política e a representação constitui a interação relacional entre os interesses e os

conflitos.

Partimos dessa argumentação pela idéia de identidade que constitui o movimento social, uma identidade que é elaborada como forma de resistência e reconhecimento do próprio movimento. Por exemplo, a denominação de Associação pressupõe uma idéia de comunidade (organização social) com base nos interesses supostamente comuns, dos indivíduos que a compõem, na qual as influências dos agentes externos grupos (político-associativos) não são determinantes no processo de decisões dos movimentos populares.

A idéia de identidade aqui referida é baseada no conceito de identidade social definida por Maura Pena que concebe "(.) a identidade social como representação e como uma forma de classificação que expressa necessariamente e de modo explícito, quer no nível do grupo quer no nível do indivíduo, a problemática do reconhecimento social, estritamente vinculado as relações de poder, disputa em torno de critérios de delimitação e qualificação dos grupos (esquemas classificatório e seus atributos) ou a pertinência de um indivíduo a ele, e que se encontram em movimento tanto a partir do interior do grupo (ou indivíduo) em questão, quanto a partir de outros grupos que lhe são exteriores, ou seja a sociedade que o envolve". (1989)

Nesse contexto, podemos argumentar acerca da idéia de

As Representações Sociais e o Campo Simbólico da Política

representação social constituindo identidade a partir de interesses sociais e das relações de conflitos que daí decorrem. Sendo assim, podemos recorrer às referências conceituais sobre as representações sociais (visto no início do texto) em que se afirma que as representações são resultado de uma produção interativa, fruto do

processo das relações sociais em que se processam as interações dos indivíduos com o mundo e orientam condutas e comportamentos no meio social. Com base nisso, podemos argumentar que as representações sociais podem estruturar elementos de constituição de identidade, no sentido de resistência e reconhecimento social às influências externas.

Estudos de Sociologia

Referências Bibliográficas

- ALONSO, Luiza Klein (1994) "Movimentos Sociais e Cidadania: a contribuição da psicologia social", in SPI K, Mary Jane (org.) *A Cidadania em Construção: O Papel da Psicologia Transdisciplinar*. São Paulo: Cortez.
- ARAGÃO, Lúcia Maria (1992) *Razão Comunicativa e Teoria Social Crítica em Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- BOURDIEU, Pierre (1987) *Ecologia da Ação Simbólica*. São Paulo: Perspectiva.
- _____. (1989) *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CARDOSO, Ruth C.L. (1983) "Movimentos Sociais Urbanos: balanço crítico", in SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia T. de (org.) *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo: Brasiliense.
- CASTELLS, Manuel (1983) *Cidade Democrática e Socialismo*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1993) *The City and Grassroots: a cross cultural theory of urban social movement*. Berkeley: University of California Press.
- CAVALCANTI, Tácia (1991) *Daqui não Sino Deiqui Não! 1964-1968*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, UFPE.
- DURKHEIM, Emile (1988) *Durkheim*. São Paulo: Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- _____. (1978) *Os Pensadores. Da divisão do trabalho social*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural.
- _____. (1970) *Sociologia e Filosofia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FARR, Robert M. (1986) "Las Representaciones Sociales", in MOSCOVICI, Serge (org.) *Psicologia Social I*. Barcelona: Paidós.
- FIGUEIRA, Sérgio A. (1980) "A Representação Social da Psicanálise", FIGUEIRA (org.) *Psicanálise e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- FIORIN, José Luiz. (1990) *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely (1993) *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.
- JACOBI, Pedro (1987) "Movimentos Sociais: teoria e prática em questão", in SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCK E. Paulo J. (org.). *Utopia e Revolução no Cotidiano: os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense.
- JODELET, Denise (1986) "La Representación Social: fenómenos, concepto y teoría".
- MOSCOVICI, Serge. (org.) *Psicologia Social II*. Barcelona: Paidós.
- _____. (1976). *A Representação Social da Psicologia*, Rio de Janeiro: Zahar.

As Representações Sociais e o Campo Simbólico da Política

- _____; HEWSTONE, Miles. (1986) "De la Ciência ai Sentido Comun", in MOSCOVICI, Serge (org.) *Psicologia Social II*. Barcelona: Paidós.
- _____; DOISE, Willem (1986) "Las Decisiones en Grupo", in MOSCOVICI, Serge (org.) *Psicologia Social III*. Barcelona: Paidós.
- PENA, Maura (1989) "Identidade, Movimentos Sociais". *Política e Trabalho*, 7.
- PERRUSI, Artur (1995) *Imagens de Loucura: representação social da doença mental na psiquiatria*. São Paulo: Cortez.
- SAWAIA, Bader (1993) "Representação e Ideologia: o encontro desfeticizador", in SPINK, Mary Jane (org.) *O Conhecimento no Cotidiano: as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.
- SILLS, L. D. (dir.) (1975) *Enciclopedia Internacional de las Ciencias Sociales*. Madrid. Vol. 5.
- SPINK, Mary Jane (1993) "O Estudo Empírico das Representações Sociais", in SPINK, Mary Jane (org.) *O Conhecimento no Cotidiano: as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1995) "Desvendando as Teorias Implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais", in GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.) *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes.
- SIMMEL, George (1983) *Sociologia*. São Paulo: Ática.
- SILVA, Ana Amélia (1993) "As ONGS e Sua Relação com o Poder Público Municipal", in SILVA, Neide (org.) *ONGS e Poder Local*. Recife: ETAPAS.
- TELLES, Vera da S. (1987) "Movimentos Sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70", in SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (orgs.) *Uma Revolução no Cotidiano?: os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo. Brasiliense.
- VALLA, Jorge; MONTEIRO, Maria Benedita (1992) *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.